

## A DIPLOMACIA DO GOVERNO BOLSONARO: O que era Esperado do Ministro Ernesto Araújo

*José Alexandre Althayde Hage<sup>1</sup>*

**Resumo:** Nosso objetivo é demonstrar neste ensaio o pensamento do ex-chanceler Ernesto Araújo (janeiro de 2019 a março de 2021) a partir de seu artigo *Trump e o Ocidente*, para ter em mente até que ponto sua crença na direção norte-americana, sob a Presidência Trump, seria coerente para manter a importância do Estado nacional e a valorização do Ocidente como promotor de civilização. Nosso estudo será baseado, além do mencionado documento, na leitura que Araújo apresenta em seu artigo, em pensadores que concebem o Ocidente como vulnerável em virtude de sua perda gradual de vigor político e intelectual.

**Palavras-Chave:** Decadência; Valores Ocidentais; Estado Nacional.

### THE DIPLOMACY OF THE BOLSONARO GOVERNMENT What was Expected from Minister Ernesto Araújo

**Abstract:** Our goal in this article is to demonstrate the thoughts of the former chancellor Ernesto Araújo (January 2019 - March 2021) from his article "Trump and the West", for keeping in mind until what degree his belief towards north-american direction, under Mr. Trump Presidency, would be coherent for keeping the importance of the National State and the valuation of the West as promoter of the civilization. Our analysis will be based, more than in the mentioned document, but also in the comprehension that Araújo shows in his article, about thinkers that understand the West as vulnerable due to its gradual loss of political and intellectual vitality.

**Key-Words:** Decadence; Western Values; National State.

### LA DIPLOMACIA DEL GOBIERNO JAIR BOLSONARO Lo que fue Esperado del Ministro Ernesto Araújo

**Resumen:** Nuestro objeto es demostrar en este análisis el pensamiento del ex-canciller Ernesto Araújo (enero 2019 - marzo 2021) a partir de su artículo *Trump y el Occidente*, para tener en cuenta hasta que punto su creencia en la dirección estadounidense, bajo la Presidencia del señor Trump, sería coherente para mantener la importancia del Estado Nacional y la valoración del Occidente como promotor de la civilización. Nuestro ensayo será basado, más allá del mencionado documento, también en la lectura que Araújo presenta en su artículo, sobre pensadores que conciben el Occidente como vulnerable en virtud de su pérdida gradual de la vitalidad política e intelectual.

**Palabras-Clave:** Decadencia; Valores Occidentales; Estado Nacional.

---

<sup>1</sup> Pós-Doutorado em História, Brasil Republicano, pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo.

## Introdução

No cotidiano político brasileiro, particularmente nos relacionamentos entre os partidos políticos nacionais, e destes com o governo federal, não é corriqueiro atribuir demasiada atenção ao trabalho exercido pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE)<sup>2</sup>, historicamente conhecido pelo nome *Itamaraty* – que advém dos tempos em que a cidade do Rio de Janeiro era capital federal.

Os motivos para que o assunto diplomacia e política externa brasileira não ganhasse atenção de grande parte dos partidos políticos e dos deputados federais podem ser encontrados, em princípio, pelo fato do orçamento do Ministério das Relações Exteriores ser muito inferior em comparação àquelas divisões que normalmente ganham maior importância em virtude de seus impactos na vida nacional, caso dos Ministérios da Saúde e o da Educação. Para efeitos de comparação, o orçamento do MRE para o ano de 2020 foi de 3,52 bilhões de reais – 0,13% dos gastos públicos federais (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2020), enquanto que a dotação orçamentária do Ministério da Educação alcançou 42,8 bilhões de reais (O ESTADO DE S. PAULO, 22.02.2021). Esses recursos financeiros da pasta abaixo das necessidades faz com que rotineiramente a imprensa nacional noticie problemas por causa do atraso de pagamentos pelo Itamaraty a alugueis no exterior.

Além da questão orçamentária, outra razão que tira a diplomacia brasileira do radar dos partidos políticos é o fato de que dificilmente cargos da Chancelaria são negociados para que o governo federal possa adquirir maior apoio no Congresso Nacional. Aquilo que se conhece como *governo de coalizão* não conta com o Itamaraty porque nessa burocracia os funcionários são de carreira, admitidos e treinados por qualificado exame de seleção; da mesma maneira que nas admissões de oficiais das Forças Armadas<sup>3</sup>.

Político reconhecido por sua cultura, o ex-ministro do governo Jânio Quadros (1960), Afonso Arinos de Mello Franco, havia opinado que no Brasil havia somente três instituições públicas que possuíam excelência em seus

---

<sup>2</sup> Talvez a exceção tenha sido o Partido dos Trabalhadores que mantinha uma secretaria de relações internacionais sob a direção de Marco Aurélio Garcia que, no governo Lula, exerceu função de assessor ao presidente.

<sup>3</sup> Nossa compreensão do conceito de burocracia é aquela apresentada por Max Weber, segundo a qual (de forma bem abreviada) trata-se de corpo de funcionário público (de início) bem treinado, cuja seleção se faz por meio de processo seletivo impessoal e racional que deve escolher os melhores daquela função (WEBER, 1982).

quadros profissionais: Senado Federal, Banco do Brasil e Ministério das Relações Exteriores, no qual Arinos pode exercer a *Política Externa Independente*, de fama permanente nos estudos brasileiros sobre a área (FRANCO, 1981).

Isso não significa dizer que cargos da diplomacia não possam ser atribuídos a pessoas fora da carreira, mas eles são bem específicos. Houve indicações de presidentes da República a políticos que haviam alcançado grande envergadura nacional e, por isso, alegadamente deviam ser nomeados embaixadores ou ministros do Itamaraty. A primeira nomeação pode ser encontrada na indicação que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fizera, em 1995, do ex-presidente Itamar Franco para que exercesse o comando da Embaixada Brasileira em Lisboa.

A segunda nomeação, de 2016, é vista na indicação feita pelo ex-presidente Michel Temer a José Serra, para que o senador paulista (PSDB) cumprisse o cargo de ministro da pasta; depois substituído por outro senador de São Paulo, Aloísio Nunes Ferreira, do mesmo partido do anterior e que havia prometido apoio ao abalado governo de Temer.

Por isso, se o dinheiro do Itamaraty não é suficiente nem para despesas correntes da pasta, e o Ministério não permite nomeações de políticos ou militantes, por que o nome do ex-ministro Ernesto Araújo (2019 a 2021) chamava tanta atenção na imprensa e nos debates partidários? Por que a demissão desse diplomata de carreira era tão esperada?

Para seus críticos, aquilo que o diplomata advogava contrariava o interesse nacional e, dessa forma, teria de ser afastado para que outro viesse a exercer melhor a função<sup>4</sup>. Mas se os assuntos da chancelaria nacional, em boa parte da história recente, passavam ao largo dos interesses partidários e do cotidiano da sociedade, uma vez que esse Ministério sempre fora visto como “excêntrico” ou “ilhado” perante grande parte dos brasileiros, quais seriam os motivos reais para que Ernesto Araújo tivesse seu nome em evidência? Seria

---

<sup>4</sup> A saída de Araújo, para alguns, ocorreu por causa de sua falta de competência para resolver a carência de vacinas junto à China, visto que o diplomata havia demonstrado dificuldades em lidar com aquele Estado. Por outro lado, há quem acredite que sua demissão se deu em virtude de conflitos com membros do Senado, como a senadora Kátia Abreu, que teve a solidariedade dos colegas da Casa em embate com o diplomata. A ideia que boa parte da imprensa, e dos intelectuais, apresentou sobre Araújo, de ser ele um conservador extremado e um entusiasta do poder americano também contribuiu para seu desgaste (BBC, 29.03.2021).

por causa de sua visão de política externa ou por que esse tema ganhara repentina atenção midiática e política?

Na normalidade das pesquisas históricas e políticas não se atribui importância às personalidades de modo individual. A moda que fora presente em autores do século XIX, como Thomas Carlyle ou Ernest Renan, não é seguida nos programas universitários do Brasil, cuja preferência é pelos processos políticos e sociais que fomentam a transformação histórica. Nesse aspecto, o papel do ser é suplementar ou marginal nos estudos acadêmicos sobre a área.<sup>5</sup>

Porém, gostaríamos de tomar outro caminho neste ensaio e nos prender à pessoa de Ernesto Araújo. Não o fazemos por suas peculiaridades individuais, mas sim pelo motivo de que o convite que o presidente Jair Bolsonaro fizera ao embaixador para que comandasse a Chancelaria brasileira, dera-se em virtude de artigo que ele havia publicado em 2017.

No artigo *Trump e o Ocidente*, Ernesto Araújo chama atenção por sua visão de política internacional e geopolítica, que imprimia uma mistura de desolação e esperança. O texto, relativamente grande, atraiu a equipe de transição de Bolsonaro em virtude da análise que fazia o autor: a decadência do Ocidente e a ameaça de imposição de uma governança global pelas elites internacionais, que contribuiria para o descrédito do Estado nacional e dos valores cristãos. A esperança estaria na atuação de Donald Trump e seus esforços para restaurar a cultura ocidental e renovar os fundamentos do Estado-nação (ARAUJO, 2017).

Neste ensaio, nosso intuito é analisar a concepção política do ex-ministro do governo Bolsonaro em seus objetivos propostos entre janeiro de 2019 e março de 2021, mês de sua retirada do Ministério das Relações Exteriores. Para tanto, metodologicamente, averiguamos o mencionado artigo de Araújo, bem como a literatura por ele empregada, com destaque ao livro *A Decadência do Ocidente*, de Oswald Spengler, e demais trabalhos.

Também utilizaremos textos de imprensa nacional, artigos de opinião e artigos acadêmicos para formarmos uma ideia das questões por que passou a

---

<sup>5</sup> Não ignoramos que muitos acadêmicos produzem biografias que dão suporte a pesquisas. Mas acreditamos que tal produção seja de ordem individual, de preferência do autor, e não como parte de projeto dos departamentos de História, ao menos no Brasil. Esse debate, para nós, está aberto e não podemos concluí-lo.

Chancelaria sob o comando de Ernesto Araújo. Por fim, cumpre dizer que nosso esforço é modesto e não há de nenhuma forma intenção de esgotar o assunto. Nosso fito é tão-somente contribuir para com o debate sobre política externa brasileira, política esta exercida em modo e meio tão controverso no que concerne ao histórico da Chancelaria nacional a partir dos anos 1930 e do período do desenvolvimentismo.

### **A Decadência do Ocidente e do Estado Nacional**

A visão de que o Ocidente, inicialmente Europa, está em via de estagnação política, econômica e cultural, tem sua mais conhecida fonte no complexo e difícil livro de Spengler, publicado em 1918, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, e que traz ao debate a ideia de que as tradicionais potências europeias não mais marcariam a cadência da política internacional.<sup>6</sup>

A ausência de valorização espiritual, de cultuação dos reais símbolos de grandeza e de criação no mais alto estilo, são sinais de esgotamento do Ocidente. De forma paradoxal, Spengler imagina que fora justamente o suporte tecnológico, a mimetização e os esquemas de “cortar caminho” (quando é dobrar as dificuldades que fortalecem a sociedade), os responsáveis pela situação de enfraquecimento das civilizações outrora atuantes.

Da mesma forma que pensara Friedrich Ratzel, ainda que sejam autores de áreas e épocas diferentes, a sociedade do conforto pode resultar em falta de virilidade, visto que a força do corpo e da alma são desdobramentos dos desafios para que se constituir sociedades pujantes (RATZEL apud MORAES, 1991). Riqueza, alta tecnologia e conforto em demasia são agradáveis, mas não necessariamente conservam os avanços da civilização – há até quem pense que a decadência possa advir deles.

Aqui há advertência digna de nota. Spengler não faz hierarquia entre as culturas ou dá preeminência à ocidental. Admite que o patrimônio cultural do Ocidente é também reflexo dos chineses e árabes da antiguidade. Por isso é que o autor de *A Decadência do Ocidente* pede para que os pensadores

---

<sup>6</sup> A obra de Spenger, originalmente, fora dividida em duas partes e publicada em datas diferentes, a segunda em 1925. No Brasil a edição presente é condensada. A premissa de que o Ocidente esteja em decadência não aparece à primeira vista e é assim observada em razão do esgotamento espiritual da Europa e, ao mesmo tempo, a conservação do que é mais caro no Oriente, onde a civilização é moldada pela religião atuante.

ocidentais não se levem pela vaidade de imaginar que aquilo que eles pensam tenha validade universal. Se o autor não acredita na universalização do pensamento também não adota a máxima do homem como ser universal. Isto porque cada Estado é fruto de sua tradição e de seus valores depositados pela história e civilização (SPENGLER, 1964).

Assim, por vias distintas, certas alas das lutas de descolonização, após a Segunda Guerra Mundial, enxergavam em Spengler apoio intelectual para frisar a máxima de que os jovens Estados independentes tinham direito a exercer livremente suas vidas nacionais, não somente para aproveitar seus recursos econômicos, mas também para viver sua cultura e tradições.

As razões que conduzem à decadência ocidental podem ser encontradas, além do mais, na arrogância e na percepção de que os Estados ocidentais são imunes a mudanças drásticas, que eles não devem ser renovados em seus princípios criadores. O Ocidente não pode ser indiferente às tradições dos antigos que ajudaram na construção de sociedades fortes. O apego às religiões, as verdadeiras artes e ciência são os elementos da qualidade civilizacional.

Não há dúvidas de que a noção de decadência ocidental do pensador alemão influenciaria, diretamente ou não, autores contemporâneos que, de alguma forma, também concordam com a opinião de que as tradicionais fomentadoras de cultura deixam de imprimir papel renovador e hegemônico como fora a expansão europeia a partir do século XVI.

A consolidação da União Europeia pelo Tratado de Maastricht, de 1992, seria exemplo de que as antigas potências perderam poder e aceitaram aquela fórmula de integração como antídoto aos efeitos da estagnação e das agressivas políticas econômicas da Ásia. A própria criação do *euro* como moeda obrigatória para os Estados integrados seria amostra de que os membros da União perderam condições de efetuar políticas econômicas nacionais, uma vez que a moeda não é regulada pelas autoridades locais (HIRST e THOMPSON, 1998).

Sobre esse ponto, Niall Ferguson (2012) aponta os Estados Unidos como seguidores, mesmo que reticentes, do destino que marca os Estados europeus. A vitalidade norte-americana já deixaria de ser notada em face do

forte progresso econômico asiático, notadamente China e Índia, Estados que certamente utilizarão o crescimento produtivo para angariar poder político.<sup>7</sup>

O outono do poder americano se daria, em analogia com Spengler, pela ocupação que teriam as altas finanças nos negócios da sociedade, no relaxo do esforço criativo e dinamizador. A emergência das altas finanças, sem correspondência com a real produção econômica, aliar-se-ia com corrupção e perda dos objetivos políticos que nos séculos XIX e XX contribuíram para a excelência dos Estados Unidos como potência (FERGUSON, 2012).

Além das altas finanças e das elites internacionalizadas que adentram ao jogo político, a descendência norte-americana se daria também pela relativa desindustrialização, forte burocratização do ambiente político-partidário, apego exagerado às redes sociais e, por fim, no sentimento de que valorizar o ser ocidental pode ser pouco sofisticado num mundo de múltiplas culturas e experiências, como aponta Christopher Lasch (1995).

Não se trata de negar a tecnologia como componente do progresso em vários âmbitos; também não haveria razão para negar a conveniência do sistema financeiro quando cumpre papel importante na evolução da economia mundial; a questão em cena é quando a tecnologia contribui para enfraquecer o caráter nacional do Estado, afastando-o dos valores que conformam o espírito nacional; da mesma forma se daria com a preeminência das altas finanças e sua relação com a corrupção e o enfraquecimento produtivo.

Nem todos os princípios trabalhados por Spengler, vistos na decadência da Europa, são encontrados no escrito de Ernesto Araújo. Por outro lado, o ex-ministro brasileiro também se filia àqueles que acreditam na decadência ocidental, que abarcaria o Brasil: “Tornou-se corrente desmerecer qualquer um que enxergue um Ocidente ameaçado, ou mesmo qualquer um que simplesmente tente definir o Ocidente” (ARAÚJO, 2017: 324).

O papel renovador do Ocidente se encontraria no governo de Donald Trump, nos Estados Unidos. De início, Araújo procura contestar a imagem que se monta sobre o ex-presidente norte-americano, feito por caricaturas da grande imprensa, para dizer que no mandatário haveria um aliado para tirar as

---

<sup>7</sup> Ferguson, a exemplo de Spengler, também enxerga no padrão de tecnologia atual meio de perda de vigor sociopolítico. O exagero no uso das redes sociais e a diminuição do debate verdadeiramente público que promove o conflito de concepções, portanto, a elevação do pensamento, é exemplar para tal fim (FERGUSON, 2012).

potências ocidentais da letargia, sobretudo no momento em que China e Índia emergem regularmente como concorrentes fortíssimas que podem nublar o poder americano, sem deixar de mencionar o papel do terrorismo islâmico.

Trump seria um apoio renovador do Ocidente pelo fato de ele reconhecer a substituição da tradição cultural judaico-cristã por certos modernismos, assim como os riscos da tecnologia das redes sociais e da penetração de elites financeiras internacionalizadas nos assuntos políticos. A porção conservadora e apego tradicional que Araújo vê em Trump poderia ser resistente às modas desarticuladoras das reais identidades nacionais.

Araújo argumenta que quando Trump fora à Polônia, em janeiro de 2017, viu um Estado que poderia ser o *locus* de resistência ao modernismo nefasto à espiritualidade construtora. Aquele Estado europeu, firmemente cristão, não havia abandonado suas tradições e cultura nacional, apesar de décadas de comunismo e do apelo promovido pelas organizações de Bruxelas para que Varsóvia adotasse um liberalismo negligente. Escreve Araújo:

Trump pronunciou um discurso marcante em defesa do Ocidente. Um discurso que nenhum outro estadista no mundo hoje teria coragem ou a capacidade de pronunciar. O tema central é a visão de que o Ocidente – como concebido como comunidade de nações (...) está mortalmente ameaçado desde o interior, e somente sobreviverá se recuperar seu espírito (ARAÚJO, 2017: 326).

A partir da Polônia Trump percebe que os Estados Unidos teriam um aliado contra as forças desarticuladoras da tradição e cultura ocidentais. Os elementos que deveriam ser utilizados para tanto seriam menos os do liberalismo “ascético” e envergonhado e mais do vigor espiritual que fez da Polônia uma referência não apenas para a Casa Branca: “No povo polonês, diz Trump, vemos a alma da Europa” (TRUMP *apud* ARAÚJO, 2017: 326).

Nesse propósito, Araújo faz coro à opinião de que valorizar o Ocidente pode ser aceitar tratados regionais de aglutinação e esforços em comum, mas sem negar identidades locais, tradições e minar autoridades nacionais em prol de supranacionalidades. Aqui há a relevância de se manter o Estado nacional com suas funções: “A erradicação das fronteiras, o princípio supranacional, a

convergência de valores, nada poderia estar mais longe (para o Ocidente) do que uma comunidade de nações” (ARAÚJO, 2017: 328).

Yoram Hazony, visto como analista conservador, pensa que a normalidade da política internacional é o relacionamento entre Estados soberanos. Desde as antigas tribos de Israel os homens procuram se organizar em coletividades demarcadas e que exercem suas crenças e cultos. A emergência de supranacionalidades ou ensaios de governos mundiais são fenômenos que contrariam o histórico do relacionamento exterior (HAZONY, 2019).

Ao contestar pensadores de grande dimensão acadêmica, como o frankfurtiano J. Habermas, Hazony não aceita a premissa de que a unificação de Estados, diminuindo seus valores, seja a ordem da atualidade. Governos mundiais, impérios supranacionais, socialismo universal e demais modelos não deixam de marcar tragédias e prejuízos aos valores que o homem cria em sua realidade. O que existe é o Estado nacional, apesar de seus problemas, e não a supranacionalidade.

A democracia e o direito são instituições feitas a partir de peculiaridades nacionais e não podem ser impostas a partir de um centro exterior, cuja autoridade não passasse pelo crivo da população nacional. A integração é positiva, mas deve ter limites. A “socialização” dos custos e perdas para manter, por exemplo, as finanças da União Europeia é questão em aberto que será alimentada pelo ressentimento dos membros mais pobres, dentre eles a Grécia, que sentiu falta de poder para efetuar políticas que fossem de seu interesse.

Ernesto Araújo, em seu texto, é defensor do Estado nacional e opina que essa fórmula de organização político-social corre risco em virtude de poderosos fluxos e sugestões de governança global ou *globalismo*. Esse governo mundial seria produto de convergência de itens estranhos, em essência, mas convergentes em seus propósitos (ARAÚJO, 2017).

Mas será que o ex-ministro teria conforto para validar sua visão sobre a defesa do Ocidente, do Estado nacional, a partir dos pontos apresentados por Donald Trump, bem como as instituições educacionais dos Estados Unidos, que grande influência exercem na vida daquela potência? Não seriam também os Estados Unidos os promotores daquilo que Ernesto Araújo deseja se

defender? Será que Trump abriria mão dos instrumentos que há quarenta anos ou mais reforçam o poder americano, citemos sua rede financeira mundial, e que alimentam o processo de globalismo? Estas são questões que discutiremos abaixo.

### **Obstáculos Conceituais**

Hazony comenta que relevantes momentos da política internacional, com impactos positivos para os Estados que os viveram, tem sido desacreditados por parte da imprensa e dos intelectuais. A eleição de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos; a emergência de bloco nacionalista na Polônia e a retirada britânica da União Europeia, em 2016, seriam esses momentos que contrariaria a atual cultura política do cosmopolitismo, que procura imprimir o prisma de um mundo só (HAZONY, 2019). O que o autor tenciona frisar é que, apesar de haver constrangimentos, o nacionalismo ainda é relevante e guarda expressão junto à sociedade.

Ernesto Araújo demonstra pensar de modo análogo ao autor mencionado. Porém, no quesito “poder de manobra” pensamos que a política adotada pela Chancelaria brasileira, sob seu ministério, sofre restrições<sup>8</sup>. O ex-ministro acredita na viabilidade do Estado nacional contra a premissa de governo mundial, mas há a entender que ele não leva em conta a correlação de forças que tem de ser observada na política internacional, cuja cadência é feita pelas potências que decidem os negócios externos.

Embora possa provocar desconforto em uma parte dos analistas de relações internacionais, sobretudo a partir do fim da Guerra Fria, a percepção de que o sistema internacional é rígido e conformado pelas grandes potências parece-nos possuidora de verdade. Naquilo que se denomina política tradicional ou de poder, traduzida por Raymond Aron, como a *oligarquia* do sistema, procura concentrar poder em um menor número possível (ARON, 1986).

A movimentação dos Estados no sistema internacional não se dá por grau de simpatia e afinidades entre mandatários. O provérbio dito por Charles

---

<sup>8</sup> Oliveiros Ferreira compreende o conceito de manobra como o poder que tem um determinado Estado para não sofrer constrangimentos. O poder militar para isso é importante, mas não é o único. O autor se refere a uma unidade política que se localiza entre vizinhos hostis ou de difícil relacionamento (FERREIRA, 2001).

De Gaulle (parece que também fora usado por ministro britânico do século XIX), que os Estados têm interesses e não amigos, não pode ser desprezado (ROSENFELD, 09.11.2020).

Seria mais que normal Estados se relacionarem por valores afins, tais como democracia, solidariedade etc. Contudo, há um limite em tal envolvimento no qual os Estados devem se resguardar, porque, depois de certo ponto, sentimentos baseados amplamente na virtude deixam de ser contados. Por causa disso mesmo, em democracias, os políticos têm de prestar contas ao eleitorado e a instituições que fazem acompanhamento da boa gestão e responsabilidades. E nesse item a permanência do político no poder exige certo egoísmo programado.

Devemos recordar que em algumas situações o interesse nacional norte-americano, ainda que esse conceito seja controverso, ganhou azo em prejuízo do Brasil. A época da Guerra Fria era propícia para cooperações, mas isso não demoveu os Estados Unidos, por exemplo, de pressionar contra o programa nuclear brasileiro, mesmo o governo Geisel, em 1975, tendo alinhando-se com a antiga Alemanha Federal, tecnicamente um parceiro americano da Organização do Tratado do Atlântico Norte.<sup>9</sup>

Um clássico sobre estudos de relações internacionais, Martin Wight, demonstra que o incentivo para anunciar amizades e afinidades depende da geometria de poderes e suas variáveis no sistema internacional (WIGHT, 2002). O arranjo não acontece pela qualidade das relações pessoais entre estadistas, mas sim em relação a conjuntura internacional que, muitas vezes, separam os Estados por filiações aos interesses nacionais. Aproximações emocionais que conduzem à cooperação ou alianças podem ser verificadas na Guerra da Crimeia (1856), na Primeira Guerra Mundial e desmanchadas pela Guerra Fria.

Por ventura, se Ernesto Araújo ignorava essa máxima do realista inglês, teve-o de saber apressadamente por causa da pandemia de coronavírus e a

---

<sup>9</sup> Outros exemplos podem ser encontrados no decorrer da história. Renato Archer aponta o papel dos Estados Unidos, por volta de 1955, contra a permuta que o Brasil faria com a Finlândia. O Brasil enviaria café e receberia papel imprensa daquele país. A negociação foi atrapalhada por Washington, pois prejudicaria os produtores norte-americanos. O mesmo ocorreria nos anos 1980, quando o governo Reagan pressionou o Brasil para que abandonasse o programa nacional de informática em troca da renovação da dívida externa perante o Fundo Monetário Internacional (ARCHER, 2009). Imaginamos que não há dificuldade para encontrar exemplos atuais.

dependência brasileira de insumos chineses para a vacina. Embora não seja uma guerra em sua dramaticidade, a questão sanitária internacional não ajuda a efetuar aproximações que não sejam pautadas pelos interesses imprimidos pela sociedade dos Estados.

Corrida tecnológica para o desenvolvimento de novos insumos, proteção de patentes, pressão da sociedade nacional, resguardo dos direitos empresariais e perspectiva de lucro são alguns dos itens que, sem dúvida, são incorporados pelo poder político, sobretudo nas grandes potências que zelam pelo interesse de seus atores econômicos e políticos (STRANGE, 1986). Antes esse cuidado era demonstrado pelas potências europeias, e hoje faz parte do argumento político também de Estados Unidos, China, Israel e Índia

Alguns temas estimados por Ernesto Araújo ganham coloração distinta daquela que o ex-chanceler acredita e faz valer em seu *paper* de 2017: mais uma vez, documento que deu a ele visibilidade para ser alçado ao cargo de ministro das Relações Exteriores de Bolsonaro. Araújo passa a ideia de se prender, à primeira vista, ao conjunto sentimental da política, expressada pela comunhão de povos que seguiriam as mesmas tradições (ARAÚJO, 2017).

O problema de fundo, até comentado pelo próprio autor, é o aparecimento de Donald Trump na cena política norte-americana como um *outsider* ao processo natural daquele Estado. Como já houve antes, Trump não recebeu educação universitária nas prestigiadas instituições da Costa Leste, as chamadas *Ivy League*, que formam as elites estadunidenses.

Com efeito, esse ponto merece atenção porque a relação do mandatário da Casa Branca com a inteligência do país pode ser conturbada. Em outras palavras, a produção acadêmica daquelas universidades pode não ter naquele político algo para positivamente analisar, já que é um estranho. Mas esse efeito não é típico da atualidade; ele já ganhara corpo há trinta anos.

Lasch é da opinião de que a inspiração da *new left*, dos anos 1960, passou a residir nas instituições de elite norte-americanas, fazendo com que professores e alunos fossem munidos de material que, em grande parte, contraria o que se chama cultural ocidental. A literatura, o teatro, a maneira de fazer política, a religiosidade, portanto, aquilo que chamamos valores judaico-cristãos, são dispensados por parte da atual elite cultural dos Estados Unidos,

cujas procura é por meio em que haja comunhão mundial no multiculturalismo (LASCH, 1995)<sup>10</sup>.

Então podemos ver duas questões em Araújo. A primeira é que o diplomata brasileiro atribuir resolução de difícil concretização a um político que teve data marcada para atuar e que não gozava de estima pela parte culta da sociedade americana. Essa menção não é irrelevante porque é justamente do mundo universitário, ainda mais das *Yvy League*, que saem os quadros governamentais e dirigentes econômicos dos Estados Unidos.

A segunda questão surge em virtude de nossa personagem não apresentar estratégia, até onde sabemos, levando em conta a importância de se construir ou elevar o poder nacional brasileiro para que o Estado tivesse condições de ter poder de manobra, conforme apontamos com conceito trazido por Oliveiros Ferreira (2001). Questões primordiais como a construção de um poder nacional que melhorasse a educação nacional, reparasse na relativa desindustrialização pela qual passa o Brasil, e lograsse esforços para angariar competência tecnológica, dentre outros temas, não ganharam o peso devido<sup>11</sup>.

Desde o começo do atual século há um conceito muito usado nos estudos de relações internacionais no Brasil, o de *soft power*, desenvolvido pelos professores norte-americanos Robert Keohane e Joseph Nye. Esse conceito também havia adentrado ao mundo diplomático nacional, utilizado por distintos governos como o regime militar, José Sarney e Lula para projetar o Brasil na América do Sul e África lusófona. De igual forma, Araújo passou ao largo dele.

O ponto delicado de um Estado semiperiférico, com limitado poder, é que ele não sobrevive sem uma boa aplicação do poder nacional. Por nossa conta, opinamos que houve esse influxo no governo Lula, e mesmo antes nos governos militares com a abertura de embaixadas e representações comerciais na África e com Sarney ao criar o Mercosul, e continuou até agora, sob outra concepção. A de Lula fora o uso do *soft power* para melhorar a penetração

---

<sup>10</sup> Lasch não estaria só no balanço que faz da cultura universitária norte-americana. Allan Bloom também o acompanha nessa crítica com livro que ganhou dimensão inclusive no Brasil, trata-se de *O Declínio da Cultura Ocidental*, de 1989, lançado pela editora Best Seller.

<sup>11</sup> Problema que não deve ser inteiramente atribuído a Ernesto Araújo se a questão não foi incorporada pela campanha de Bolsonaro e sua atuação governamental. Competência tecnológica, melhoria na educação e retomada da industrialização em níveis mais sofisticados são frutos de projeto de Estado e não de entusiasmo momentâneo.

econômica brasileira no além-mar; a de Bolsonaro seria o uso do termo para mudar o pensamento a partir de fora.

Por ventura, se houve a aplicação bem posta do poder brando nacional ele deixou de fazê-lo não por causa do fim da gestão Lula, mas sim porque sua base de sustentação não era forte o suficiente; tanto foi assim que no próprio governo Dilma já passou a haver queixas de que a política externa brasileira perdera dinamismo (CORNETET, 2014).

### **Considerações Finais**

Em princípio, há duas formas de efetuar críticas contra a orientação de Ernesto Araújo. Uma é criticar o ex-chanceler por se filiar ao conservadorismo e não combinar ideologicamente com o crítico. Parte importante do corpo universitário, e jornalístico, se filia a essa posição. Nesse gênero teríamos ideologia *versus* ideologia, uma vez que haveria contrariedade não apenas pelos resultados do criticado, mas também por sua ideologia professada.

Outra maneira de efetuar crítica e avaliar a atuação de Araújo não seria por sua filiação ideológica, embora isso seja pautado, mas sim pelos poucos resultados alcançados naquilo que ele tencionava fazer. Nesse aspecto, nossa crítica não se prende, inicialmente, ao fato de ser o ex-ministro conservador. Nosso intuito é pegarmos suas contradições e seu “emocionalismo” que os conduzem a equívocos ou, por que não dizê-lo, a possível inocência de crente fiel.

O primeiro gênero de críticos costuma comparar a atuação diplomática do governo Bolsonaro aos ocupantes do Itamaraty do passado recente. O programa apresentado pelo governo Lula da Silva, proponente de uma rede de solidariedade e cooperação entre os Estados do Hemisfério Sul, ajudou a fomentar o conceito de *Sul Global* que coaduna com multilateralismo e esforços para democratizar os negócios internacionais (LIMA, 2005).

No mesmo âmbito, há também o grupo que viu na política externa do governo Lula a transformação de uma política pública que se mantinha como *normal*, substantivo de neoliberal dos anos 1990, para algo superior, um Estado *logístico* com maior grau de conferir poder nos assuntos internos, na regulação a setores considerados estratégicos e depois traduzir tal avanço na

política internacional, como na internacionalização de empresas de grande monta, caso da Petrobras (CERVO e BUENO, 2011).

Desta forma, fica patente que o aparecimento do ministério Araújo só poderia causar estranheza em razão de suas propostas “excêntricas” para o histórico de desenvolvimento do Itamaraty, que vicejou não apenas no período nacional-desenvolvimentista dos anos 1930 a 1950, e de igual modo no período do regime militar, notadamente Geisel e seu projeto diplomático denominado *pragmatismo responsável* (CERVO e BUENO, 2011).

A pergunta que podemos fazer, à guisa de conclusão, é saber se o nome proposto para substituir Araújo no MRE terá autonomia suficiente para imprimir sua personalidade e autoridade na Casa ou se será expressão da vontade presidencial, conforme o temor dos críticos. A indagação que fizemos na introdução deste ensaio, as razões do por que haver tanta atenção para saber o destino de Ernesto Araújo não foi adequadamente respondida. E pela toada dos acontecimentos dificilmente o faremos a contento. Agradecemos quem o fizer.

## Referências

ARAÚJO, Ernesto Fraga. “Tump e o Ocidente”. *Cadernos no IPRI*. Ano III, número 06. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

ARCHER, Renato. *Energia Atômica, Soberania e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2009.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Edunb, 1986.

BBC BRASIL. “Demissão de Ernesto Araújo: Fim de uma Gestão sem Precedentes na Diplomacia Brasileira”. 29.03.2021. Versão eletrônica encontrada em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56570801>. Consulta feita em 31.03.2021.

CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2011.

CORNETET, João Marcelo. “A Política Externa do Governo Dilma Rousseff: Contenção na Continuidade”. In *Conjuntura Austral*. Volume 05, número 24. Porto Alegre, 2014.

FERGUSON, Niall. *A Grande Degeneração: A Decadência do Mundo Ocidental*. São Paulo, Planeta, 2012.

FERREIRA, Oliveiros. *A Crise da Política Externa: Autonomia ou Subordinação?* Rio de Janeiro, Revan, 2001.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Afonso Arinos na UnB*. Brasília, Edunb, 1981.

HAZONY, Yoram. *As Virtudes do Nacionalismo*. Campinas, Vide Editorial, 2019.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em Questão*. Petrópolis, Vozes, 1998.

LASCH, Christopher. *A Rebelião das Elites e a Traição da Democracia*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1995.

LIMA, Maria Regina Soares de. "A Política Externa Brasileira e os Acordos de Cooperação Sul-Sul". In *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 48, nº 1. Brasília, Universidade de Brasília, 2005.

MORAES, Antônio Robert (org). *Ratzel*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1991.

O ESTADO DE S. PAULO. "Orçamento do MEC para o Ensino Básico em 2020 foi o Menor da Década, Aponta Estudo". São Paulo, OESP, 22.02.2021. Site eletrônico encontrado em <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,orcamento-do-mec-para-o-ensino-basico-em-2020-foi-o-menor-da-decada-aponta-estudo,70003623365>. Consulta feita em 29.03.2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA 2020. "Despesas do Órgão: Execução Orçamentária e Financeira". Encontrado em <http://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos-superiores/35000-ministerio-das-relacoes-exteriores>. Consulta feita em 29.03.2021.

ROSENFELD, Denis. "Nações não têm Amigos". In *O Estado de S. Paulo*. 09.11.2020. Versão eletrônica encontrada em <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,nacoes-nao-tem-amigos,70003506365>. Consulta feita em 31.03.2021.

SPENGLER, Oswald. *A Decadência do Ocidente*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

STRANGE, Susan. "As Supranacionais e o Estado". In HALL, John (org). *Os Estados na História*. São Paulo, Imago, 1986.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. Brasília, Edunb, 2002.

**Recebido em 01.04.2021.**

**Publicado em 01.07.2021.**